



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 5º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO

Em 6 de junho de 2023, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Participaram os vereadores: Adhemar Alves de Freitas Júnior, Antonio Silva Pimentel, Aurélio Gomes da Silva, Carlos Hermes Ferreira da Cruz Cláudia Fernandes Batista, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Flamarion de Oliveira Amaral, Francisco Messias da Silva, Francisco Rodrigues da Costa, Jhony dos Santos Silva, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Marcio Renê Gomes de Sousa, Ricardo Seidel Guimarães, Rogério Lima Avelino, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão, Zesiel Ribeiro da Silva e o presidente Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ausente: Roberto de Sousa Silva. Verificado quórum regimental, o vereador Francisco Messias da Silva procedeu à leitura dos versículos de 1 a 3 do capítulo 101 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Ante a ausência momentânea da primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, solicitara ao segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que assumisse os trabalhos da Secretaria. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou aberta a 37ª Sessão Ordinária do 5º Período da 19ª Legislatura e autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Zesiel Ribeiro da Silva solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis presentes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestaria a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, sobre a atuação dessa instituição na formação artística e valorização da produção cultural no Município. Nesta ocasião, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, registrou a presença, na extensão da mesa, dos também integrantes desse instituto lasmin Taynara, Renato Silva, Juliano Silva, Albert Barbosa, Djane Monteiro e Rosana Feitosa, assim como do presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, e da presidente da Associação dos Artesãos de Imperatriz, Simone Fonseca, do tesoureiro da Academia Imperatrizense de Letras, Elson Mesquita de Araújo, e do artista plástico Tom Neves. Ao se dirigir à Tribuna, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, registrou especial agradecimento aos autores de Moção de Aplauso outorgada a esse instituto, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Aurélio Gomes da Silva, Manoel Conceição de Almeida e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. A seguir, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, lembrou que seu pai, Diomar Luís da Silva, eleito primeiro suplente, exercera o cargo de vereador, o que a emocionava ao participar de sessão da Câmara. Logo depois, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Steckelberg Silva, discorreu sobre as atividades exercidas por essa instituição, desde 2017, em prol das artes e da cultura imperatrizenses, com excursões por outros municípios do Maranhão e do Pará, sob o patrocínio da companhia Vale e da Suzano Papel e Celulose S. A., por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Nesta ocasião, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, anunciou a apresentação de vídeo institucional sobre os diversos projetos executados por essa instituição. A esse respeito, Solanda Steckelberg Silva frisou o potencial e a estrutura artística, cultural, turística e gastronômica de Imperatriz e região. Instantes depois, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, anunciou homenagem aos autores da Moção de Aplauso concedida a essa instituição, assim como à Câmara Municipal como todo, a qual presenteou com tela de autoria do artista plástico Tom Neves. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, lembrou que a Casa havia aprovado, no último dia 30, Projeto de Resolução [Nº 2/2023] que "Cria a Galeria de Artes da Câmara Municipal". Por fim, a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, enfatizou a relevância da cultura para a criatividade e a inovação e, assim, para a indústria e o comércio, após o que convidou a todos a visitarem o Centro Cultural Tatajuba. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, convidou à frente do Plenário a fundadora do Centro Cultural Tatajuba, Solanda Steckelberg Silva, assim como os autores da Moção de Aplauso outorgada a esse instituto, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Aurélio Gomes da Silva, Manoel Conceição de Almeida e Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a procederem à entrega da condecoração. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a exibição de vídeo sobre a inauguração das salas de Tecnologia da Informação - TI construídas anexas ao prédio da Câmara Municipal de Imperatriz. Logo depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, com fulcro no artigo 52 do Regimento Interno, submeteu a votação proposta de realização de Tribuna Popular excepcional em que se manifestaria o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, a qual foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. Ao se dirigir à Tribuna, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, comentou que trazia notícia triste, que era a perda de emprego de muitos pais de família maranhenses, por consequência da contratação pelo Governo do Estado de policiais militares da reserva para exercer atividades até então exercidas por vigilantes. Em seguida, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, informou que a instituição que representava recorria à Câmara Municipal porque ela constituía como caixa de ressonância das preocupações da sociedade. Logo depois, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, declarou que competia ao Estado a garantia da geração de emprego e a proteção do trabalhador,



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

ao invés da precarização das relações de trabalho e da substituição de categorias profissionais como a dos vigilantes apenas para atender a interesses políticos. Finalmente, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, solicitou a interveniência da Câmara Municipal junto à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado, com vistas a uma solução à ameaça de desemprego que pairava sobre os vigilantes maranhenses. Com o uso da palavra, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, afirmou que a Câmara Municipal de Imperatriz buscava, junto ao governo estadual, uma solução para o problema. Ao se manifestar, o edil Flamarion de Oliveira Amaral reconheceu a gravidade do problema que envolvia a categoria profissional dos vigilantes e afirmou que a contratação de policiais militares da reserva como agentes de segurança se devia à recente ocorrência de casos de violência em escolas brasileiras, mas se colocava à disposição para ir a São Luís tratar do problema junto ao Governo do Estado com a ajuda dos deputados de Imperatriz. Com a palavra, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa apontou a necessidade de união dos vereadores com os deputados eleitos pela região para tentar sensibilizar o governo do Estado em relação à situação de insegurança em que se encontrava a categoria dos vigilantes. Ao se manifestar, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, observou que o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão se encontrava bem representado por seus diretores, que eram bastante qualificados, e se colocou à disposição para tentar resolver a situação da categoria dos vigilantes. Com o uso da palavra, o edil Manoel Conceição de Almeida afirmou que era aliado do governador Carlos Brandão [Carlos Orleans Brandão Junior], mas se sentia livre para posicionar-se contrariamente à contratação de uma categoria profissional em detrimento de outra, o que se caracterizava como injustiça. Nessa ocasião, o vereador Francisco Messias da Silva solidarizou-se com os diretores do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão pela situação em que se encontravam seus filiados, que considerou injusta, após o que se colocou à disposição dessa categoria tanto como vereador quanto também como sindicalista [da categoria dos trabalhadores em serviços de saúde]. Ao fazer uso da palavra, o vereador Jhony dos Santos Silva declarou que, enquanto os policiais militares da reserva eram treinados apenas no momento da formação, os vigilantes realizavam atividades de aperfeiçoamento a cada dois anos. Ao voltar a se manifestar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, afirmou que tanto os vigilantes quanto os policiais militares contratados para exercer a atividade de vigilância estavam qualificados a exercerem essa atividade. Ao fazer uso da Tribuna, o vereador Aurélio Gomes da Silva informou que tinha muitos amigos vigilantes e que sempre se colocara ao lado dos trabalhadores, de forma que se colocava à disposição para viabilizar viagem a São Luís para, juntamente com os deputados estaduais da região, tentar reverter a contratação de policiais militares da reserva em substituição aos vigilantes. Nesse ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, informou que já



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

estava em diálogo com a presidente da Assembleia Legislativa, Iracema Cristina Vale Lima, e com outras autoridades do Estado, em busca de alternativa que não prejudicasse os vigilantes. Com a palavra, o vereador Francisco Rodrigues da Costa indicou à Mesa Diretora que elaborasse documento dirigido ao governo do Estado do Maranhão, à Assembleia Legislativa e aos deputados da região para lhes solicitar solução para o problema, mas alertou que não se transformasse uma reivindicação legítima de categoria profissional em “palanque eleitoral”. Ao voltar a se pronunciar, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, agradeceu pela solidariedade da Câmara à categoria que representava. Ao fazer uso da palavra, o edil Ricardo Seidel Guimarães se colocou à disposição da causa do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, no que foi seguido pela vereadora Cláudia Fernandes Batista, que informou que requeria a realização de audiência pública para ampliar a discussão sobre a problemática com que se deparava a classe dos vigilantes. Com a palavra, a vereadora Cláudia Fernandes Batista contou que se reunira previamente com o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Sul do Maranhão, Jonas Rodrigues Costa, no gabinete do edil Jhony dos Santos Silva e declarou que proporia a realização de Audiência Pública para aprofundar a discussão sobre o tema. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que incluía o Ofício [s/n], de 4 de maio, do padre José Ribamar Vieira de Oliveira, que convidava a participar, entre os dias 1º e 13 do mês corrente, do Festejo de Santo Antônio de Pádua; e o Ofício Nº 091/2023/CMI/DCP, de 5 de junho, da assessora jurídica do Departamento das Comissões, Rafaela Silva Almeida, que comunicava a realização de audiência pública, no próximo dia 7, às 9h30min, sobre a situação dos catadores de materiais recicláveis ante o descarte de resíduos em Imperatriz. Neste ínterim, em Questão de Ordem, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, apresentou proposta de inversão entre as fases do Expediente da Casa e da Ordem do Dia, a qual foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de: Lei Ordinária Nº 8/2023, de autoria da vereadora Claudia Fernandes Batista, que “Reconhece como de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Casa do Pai e dá outras providências”; Decreto Legislativo Nº 16/2023, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchoa, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá ao Sr. Antonio Soares de Sousa Filho”; e primeira discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2023, de autoria de mais de um terço dos vereadores, que “Dispõe sobre a autorização de remanejamento de dotações orçamentária da Lei Ordinária Nº 1.960/2022, que ‘Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2023’, para atender às necessidades urgentes da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

providências". Em seguida, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que incluíam Parecer Verbal Conjunto (nos termos do artigo 108 do Regimento Interno) da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 16/2023; Pareceres das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis ao Projeto de Lei Ordinária Nº 8/2023 e Pareceres das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favoráveis ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2023. Ato contínuo, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a única discussão o Projeto de Lei Ordinária Nº 8/2023, quando repassou a palavra à autora da matéria, Cláudia Fernandes Batista, que solicitou o apoio dos colegas à aprovação da proposição do reconhecimento da utilidade pública à Comunidade Terapêutica Casa do Pai, tendo em vista o significativo trabalho que desenvolvia no Município. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a única votação o Projeto de Lei Ordinária Nº 8/2023, que foi aprovado pela unanimidade dos vereadores participantes. Imediatamente, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a única discussão o Projeto de Decreto Legislativo Nº 16/2023, quando repassou a palavra ao autor da matéria, Fidelis Rodrigues da Silva Uchoa, que ressaltou o merecimento do policial militar Antonio Soares de Sousa Filho pelos relevantes serviços prestados durante mais de trinta anos na Polícia Militar do Maranhão. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a única votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo Nº 16/2023, que foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes, na seguinte ordem: Francisco Rodrigues da Costa, Marcio Renê Gomes de Sousa, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Manoel Conceição de Almeida, Flamarion de Oliveira Amaral, Jhony dos Santos Silva, Whelberson Lima Brandão, Francisco Messias da Silva, Rogério Lima Avelino, Aurélio Gomes da Silva, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rubem Lopes Lima, Cláudia Fernandes Batista, Ricardo Seidel Guimarães, Carlos Hermes Ferreira da Cruz e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou que, em virtude da insuficiência de quórum deliberativo, ficaria adiada a apreciação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2023. Ao se pronunciar, o edil Flamarion de Oliveira Amaral lamentou que o Plenário esvaziasse quando constava da Pauta a matéria tão importante para Imperatriz como a que se encontrava em discussão [o Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2023], justamente em um momento em que a saúde de Imperatriz se encontrava em situação de caos. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, a apresentação, discussão e votação de oito Indicações: Nº 292/2023, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da pavimentação asfáltica, bloqueamento ou piçarramento, com drenagem, meios-fios e sarjetas, das Ruas RC, Bom Jesus, Dom João, Padre Cícero, B e Guarapari, no Bairro Leandra. [Ressalve-se que fora aprovada a Indicação Nº 59, em 25.02.2021, de autoria do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, com o mesmo pedido para as Ruas Padre Cícero, Bom Jesus e RC); Nº 293/2023, de autoria do vereador Roberto de Sousa Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da construção de praças nos povoados Vila Conceição I e II, na zona rural de Imperatriz, com equipamentos de academia (ginástica), espaço para eventos (palco com cobertura, pista de caminhada, parquinho para crianças etc). [Ressalve-se que fora aprovada a Indicação Nº 289, em 05.05.2021, de autoria do vereador Francisco Rodrigues da Costa, com o pedido de praça na Vila Conceição I]; Nº 294/2023, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, da realização do projeto "Prefeitura Tá na Área", no Povoado 1700, incluindo-se a pavimentação das principais vias dessa localidade; Nº 295/2023, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, do bloqueamento das vias de pedestres localizadas entre as Ruas D e I, no Conjunto Vitória; Nº 296/2023, de autoria da vereadora Claudia Fernandes Batista, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da recuperação asfáltica da Avenida Liberdade e da Rua Clemente de Moraes, no Bairro Alto Bonito; Nº 297/2023, de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, ao governador Carlos Orleans Brandão Junior, ao secretário estadual de Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da firmação de parceria para a pavimentação asfáltica e recapeamento da Rua João Palmeiras, na Vila Nova. [Ressalve-se que fora aprovada a Indicação Nº 83, em 23.02.2022, de autoria conjunta dos vereadores Aurélio Gomes da Silva, Adhemar Alves de Freitas Junior, Manoel Conceição de Almeida e Wanderson Manchinha Silva Carvalho]; Nº 298/2023, de autoria do vereador Zesiel Ribeiro da Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua dos Protestantes (via de acesso ao anel viário), no Bairro Imigrantes. [Ressalve-se que fora aprovada a Indicação Nº 310, em 31.05.2022, de autoria do vereador Roberto de Sousa Silva, com o mesmo pedido]; Nº 299/2023, de autoria do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da recuperação asfáltica da Av. Silvino Santis, no perímetro entre a Av. Newton Belo e a Rodovia BR-010. [Ressalve-se que fora aprovada a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Indicação Nº 32, em 09.02.2022, de autoria do vereador Manoel Conceição de Almeida, com o mesmo pedido]. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que destacou a necessidade da pavimentação asfáltica, bloqueamento ou piçarramento (com drenagem, meios-fios e sarjetas) das Ruas RC, Bom Jesus, Dom João, Padre Cícero, B e Guarapari, no Bairro Leandra. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria, os edis Manoel Conceição de Almeida e Carlos Hermes Ferreira da Cruz. Nessa oportunidade, o vereador Manoel Conceição de Almeida sugeriu que as Indicações fossem feitas no sentido de que o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez Oliveira Sousa, mandasse retirar o asfalto que ainda restava nas vias públicas da cidade, uma vez que ele não executava nem sequer operações tapa-buracos e o trânsito fluiria melhor com as ruas apenas piçarradas. Em seguida, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz lamentou que o Executivo Municipal não atendesse as Indicações dos vereadores e acrescentou que apresentara, em 2021, Indicação com o mesmo objetivo [da pavimentação asfáltica, bloqueamento ou piçarramento, com drenagem, meios-fios e sarjetas, das Ruas Padre Cícero, Bom Jesus e RC, no Bairro Leandra], mas nada fora feito. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação Nº 292/2023, que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou que, em virtude da ausência dos autores, Roberto de Sousa Silva e Francisco Messias da Silva, ficava adiada a apreciação das Indicações Nº 293/2023 e Nº 294/2023, respectivamente. Logo após, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, que reclamou das dificuldades com que se defrontavam os moradores do Conjunto Vitória, por consequência das más condições das vias públicas desse bairro, de modo que se fazia necessária a execução de serviço de bloqueamento dessas vias. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação Nº 295/2023, que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Cláudia Fernandes Batista, que solicitou o apoio dos colegas à recuperação asfáltica da Avenida Liberdade e da Rua Clemente de Moraes, no Bairro Alto Bonito. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação Nº 296/2023, que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, que reclamou das péssimas condições em que se encontrava a Rua João Palmeiras, na Vila Nova, onde os vereadores clamavam pela providência da pavimentação asfáltica e recapeamento dessa via pública. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria, os edis Manoel Conceição de Almeida, Carlos Hermes Ferreira da Cruz e Wanderson Manchinha Silva



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Carvalho, que lamentaram a incompetência do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa. A esse respeito, o vereador Manoel Conceição de Almeida sugeriu a expedição de documento assinado conjuntamente pelos vereadores para solicitar ao prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] a exoneração desse secretário da pasta da Infraestrutura. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação nº 297/2023, que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, informou que, em virtude da ausência do autor, Zesiel Ribeiro da Silva, ficava adiada a apreciação da Indicação nº 298 [da pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua dos Protestantes (via de acesso ao anel viário), no Bairro Imigrantes]. Em seguida, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, que lamentou as más condições em que se encontrava a Av. Silvino Santis, no perímetro entre a Av. Newton Belo e a Rodovia BR-010, de modo que se fazia urgente a recuperação asfáltica dessa via pública. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria, os edis Manoel Conceição de Almeida, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Aurélio Gomes da Silva, Rubem Lopes Lima, Marcio Renê Gomes de Sousa e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Manoel Conceição de Almeida disse lembrar que o edil Roberto de Sousa Silva fora ao local em companhia do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, anunciar a recuperação dessa via, a propósito do que destacou a importância da Av. Silvino Santis para o fluxo do trânsito proveniente da Rodovia BR-010, após o que lamentou a omissão do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, momento em que questionou qual seria o interesse do prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] em mantê-lo no cargo. Instantes depois, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior lamentou a situação em que se encontrava tanto a Av. Silvino Santis quanto as condições de infraestrutura das ruas de Imperatriz de modo geral, a propósito do que disse esperar que os gestores da administração pública municipal tomassem consciência da gravidade dessa problemática. Nesta oportunidade, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior lamentou também que colegas edis houvessem se ausentado do Plenário com o intuito de inviabilizar a votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1/2023, no que foi seguido pelo edil Manoel Conceição de Almeida, que comentou que os vereadores Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Rogério Avelino, Francisco Messias da Silva, Roberto de Sousa Silva, João Francisco Silva, Francisco Rodrigues da Costa, Antônio Silva Pimentel e Zesiel Ribeiro da Silva haviam se ausentado do Plenário para não votar o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2023, que era tão importante para a cidade. A seguir, o vereador Aurélio Gomes da Silva lamentou que se encontrasse em difíceis condições de tráfego via pública importante como a Avenida Silvio Santis, que recebia trânsito proveniente da Rodovia BR-010 e o direcionava a diversos bairros da região, no que foi seguido pelo edil Marcio Renê Gomes de Sousa, que lembrou que antes da Indicação de autoria



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

do edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz havia sido formulada Indicação de autoria do vereador Manoel Conceição de Almeida, da recuperação da Av. Silvino Santis, que considerou via muito importante, uma vez que servia ao escoamento do tráfego de metade da cidade. Nessa ocasião, o edil Wanderson Manchinha Silva Carvalho, defendeu a convocação do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, todas as semanas para explicar o que estava fazendo para resolver os problemas de infraestrutura de Imperatriz. Em nova intervenção, o vereador Aurélio Gomes da Silva sugeriu a convocação do secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, a prestar esclarecimentos sobre a problemática das más condições em que se encontravam as vias públicas da cidade. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Nesta oportunidade, o presidente convidou a todos os edis a participar, logo após o final da Sessão, de solenidade de inauguração das salas de Tecnologia da Informação - TI construídas anexas ao prédio da Câmara Municipal de Imperatriz. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção e José Ribamar Silva de Sousa, secretários *ad hoc*, lavraram a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 6 de junho de 2023.

Amauri Alberto Pereira de Sousa
Presidente

Zesiel Ribeiro da Silva
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Cláudia Fernandes Batista
Primeira-secretária

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Segundo-secretário